



# **EDUCOM AFRO: a educomunicação e a produção cultural afro-brasileira em diálogos com a escola**

---

Leunice Martins de Oliveira  
Sátira Pereira Machado  
Cristiane Silveira Guedes

## 1. INTRODUÇÃO

**H**istoricamente, a cor da pele e a origem étnica das pessoas tem o potencial de motivar desigualdades sociais, levando a Organização das Nações Unidas (ONU) a formular vários documentos contra as discriminações raciais<sup>1</sup>, dos quais o Brasil é signatário. Mesmo que as ciências biológicas e alguns cientistas sociais venham descartando a noção raça, ao declarar que “raça não existe” e o que existe são “variações humanas” o conceito de raça nos deixou de herança o racismo.

No contexto brasileiro, após o racismo científico do médico legista Nina Rodrigues (1862-1906) condenar a mestiçagem por acreditar que essa comprometeria o desenvolvimento do país; do advogado Oliveira Vianna (1883-1951) incentivar a miscigenação acreditando num ideal de branqueamento da nação; e do sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987) exaltar a mistura entre as “raças” indígena, europeia e africana como uma tradução da brasilidade sem racismo, as ações de movimentos político-culturais das populações negras tensionaram novas reflexões sobre as relações étnico-raciais no Brasil.

Em 1971, as celebrações do 13 de maio (dia da abolição do sistema escravista de produção, distribuição e consumo de bens e serviços que organizava a sociedade e a economia do Brasil) foram substituídas pelas do dia 20 de novembro, em homenagem a morte do guerreiro Zumbi dos Palmares. Foi uma forma de membros do Grupo Palmares de Porto Alegre/RS, em sua maioria estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, resgatarem a história da resistência negra brasileira, conclamando a consciência das desigualdades que atingem mais as populações afrodescendentes no país<sup>2</sup>.

No mesmo período, a ONU instituiu 1971 como o **Ano Internacional para Ações de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial** dando início as reflexões

1 Por exemplo, a **Convenção contra a Discriminação do Emprego da OIT** (1958); a **Convenção contra a Discriminação no Ensino** (1960); a **Declaração das Nações Unidas para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial** (1963); e a **Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial** (1965).

2 Sete anos mais tarde, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), atualmente nominado Movimento Negro Unificado (MNU), passou a designar a data como Dia Nacional da Consciência Negra. Hoje o 20 de novembro é incluído no calendário escolar do Brasil através da Lei Federal n. 10.639/2003.

sobre a vida de afrodescendentes no mundo como um todo<sup>3</sup>. O marco foi a realização da **III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata** (Durban/África do Sul, 2001)<sup>4</sup>, que teve ampla participação de afro-brasileiros/as desencadeando várias ações afirmativas na América Latina.

Entre outras deliberações, as recomendações de Durban apontam para ações de promoção da igualdade racial e da valorização da diversidade cultural principalmente por meio da **democratização da comunicação** e de **usos e apropriações das tecnologias de informação e de comunicação** nas práticas pedagógicas. Incluindo aí conteúdos da histórica contribuição das africanas, dos africanos e de seus descendentes para o desenvolvimento mundial<sup>5</sup>.

Nessa direção, a Lei Federal n. 10.639/2003 incluiu no Artigo 26 da **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB) a obrigatoriedade do “ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira”<sup>6</sup> nos estabelecimentos de “Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares”. Determinou que os conteúdos incluíssem o “estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2006).

É nesse contexto histórico que **nasce o Educom Afro** em 2006<sup>7</sup>, grupo de pesquisa “Educomunicação e Produção Cultural Afro-Brasileira” fruto da

3 A ONU elegeu 2011 como o Ano Internacional de Povos Afrodescendentes (<http://www.un.org/en/events/iyipad2011/>). E 2015 a 2024 como a Década Internacional de Afrodescendentes (<http://decada-afro-onu.org/index.shtml>). Essas iniciativas servem para ampliar o debate acerca do tema.

4 A **I Conferência Mundial para o Combate ao Racismo e à Discriminação** (Genebra/Suíça), condenando o regime do **Apartheid** da África do Sul (1978). Também realizada em Genebra, a segunda **Conferência** revisou e avaliou as ações de combate às práticas racistas na primeira década.

5 Entre outras, as populações indígenas também devem ser integradas nas políticas públicas decorrentes do Plano de Durban.

6 Em 2008, o Artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi novamente alterada, para incluir a temática indígena. Então, a obrigatoriedade passou a ser do “ensino sobre História e Cultura Afrobrasileira e Indígena”. (BRASIL, 2008).

7 Em 2013, o Grupo de **Pesquisa Educomunicação e Produção Cultural Afro-Brasileira – Educom Afro** fundiu-se ao **Núcleo de Estudos e Pesquisas em Cultura Indígena – Nepci** para transformar-se no **Núcleo de Estudos em Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Neabi)** e incorporar-se as mais de 100 (cem) Neabis ligados a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros – ABPN ([www.abpn.org.br](http://www.abpn.org.br)).

observação do impacto das ações afirmativas<sup>8</sup> nas investigações sobre as produções culturais oferecidas ao público infanto-juvenil. As investigações iniciais do grupo seguiam a trilha das pesquisas de Regina Zilberman publicadas na obra **A produção cultural para a criança** (1982); as reflexões da disciplina **Produção Cultural para a Criança**, ministrada nos cursos **stricto sensu** do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC/RS na década de 90; e a pesquisa de Sissa Jacoby intitulada **Tendências Contemporâneas da Produção Cultural para a criança**, que resultou na obra **A Criança e a Produção Cultural** (2003)<sup>9</sup>.

Nessa última pesquisa, que catalogava livros, filmes, programas de televisão, sites de Internet, jogos de computador, brinquedos, revistas e jornais infantis por exemplo, foi possível identificar o aumento da oferta de produtos culturais de valorização das histórias e das manifestações africanas e afro-brasileiras como consequência da implantação da referendada Lei Federal n. 10.639/2003.

## 2. ENCONTRO ENTRE A EDUCOMUNICAÇÃO E AS CULTURAS NEGRAS

A preocupação de familiares e de professores/as com as influências dos meios de comunicação nas atitudes de crianças e de jovens deu origem aos primeiros projetos de leitura crítica dos meios desenvolvidos na Europa, na América do Norte e na pedagogia crítica latino-americana<sup>10</sup>. No Brasil, a obra **Pedagogia do Oprimido** de Paulo Freire inspirou a realização de atividades com os meios de comunicação de cunho didático<sup>11</sup> desenvolvidas com professores/as, líderes comunitários/as e movimentos populares. (COGO, 2001, p. 35).

8 <http://etnicoracial.mec.gov.br/acoes-afirmativas-cotas-prouni>

9 A Profa. Dra. Sátira Pereira Machado participou das referidas pesquisas, identificando as tendências de uma maior oferta de produções culturais afro-brasileiras após a implantação da Lei Federal 10.639/2003.

10 Por exemplo, na **Venezuela**: o **Centro al Servicio de la Acción Popular** (Cesap) desenvolveu o projeto "Leitura crítica", coordenado por Mário Kaplun; na **Costa Rica**: o **Instituto Latinoamericano de Pedagogia de la Comunicación** (Ilpec) desenvolveu o projeto "Família e televisão", coordenado por Francisco Gutiérrez; no **Chile**: o **Centro de Indagación y Expersión Cultural y Artística** (Ceneca) desenvolveu o projeto "Televisão e recepção ativa"; no **Brasil**: a **União Cristã Brasileira de Comunicação** (UCBC) desenvolveu o projeto "Leitura crítica da comunicação", e o **Serviço à Pastoral da Comunicação das Edições Paulinas** (Sepac-EP) prestou assessorias aos colégios sobre o tema.

11 Como, por exemplo, aquelas organizações sociais voltadas para a promoção da cidadania através do exercício da "comunicação dialógica" de matriz freiriana e da "gestão democrática da comunicação", de matriz kapluniana. Para saber mais, ler **Comunicação ou extensão?**, de Paulo Freire, e **Una Pedagogía de la Comunicación**, de Mário Kaplún.

No contexto brasileiro, esse processo se deu no período de retomada do poder civil, após um longo tempo de Regime Militar (1964-1985), que era cerceador da vida social, econômica e política, além de repressor de manifestações populares. Nesse cenário, a redemocratização nacional foi marcada por protestos de trabalhadores e de trabalhadoras, pelo engajamento social de alguns membros da Igreja Católica, por publicações de uma imprensa alternativa contestadora e pela criação de novos partidos políticos, por exemplo. Importante também foi o início da expansão do mercado tecnológico de aparelhos eletrônicos e de informática, nesse mesmo momento.

Nesse sentido, desde o final da década de 1970, a União Cristã Brasileira de Comunicação (UCBC), sediada em São Paulo, passou a oferecer o curso Leitura Crítica da Comunicação (LCC)<sup>12</sup>. O projeto LCC potencializou o uso alternativo das mídias para fins pastorais, como a produção de programas de rádio, entre outros (SOARES, 1988, p. 10)<sup>13</sup>. Então, vem à tona a ideia de educação libertadora de Paulo Freire, comprometida com a transformação social e com a democracia. Engajada num pensamento em que a educação “não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1975, p. 69). Nessa perspectiva, vertentes sobre a **inter-relação comunicação e educação** foram sendo exploradas<sup>14</sup>.

Por um lado, a interface comunicação/educação se revelou por meio do viés das mídias na educação. Quando educadores/as passaram a fazer o uso pedagógico e instrumental de jornais, de revistas, da fotografia, das histórias em quadrinhos, do rádio, da televisão, do cine/vídeo e de materiais didáticos multimídia diversos.

12 Sob influência da Teologia de libertação e das lutas por uma nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic), apresentadas no “Relatório MacBride: um mundo e muitas vozes”. Esse relatório foi produzido pela Unesco e pauta a democratização da comunicação, da sociedade da informação e da inclusão digital em âmbito mundial.

13 Por exemplo, registram-se experiências de cineclube católico em algumas paróquias nas décadas de 1950 e 1960. Havia projetos com mais de dez mil agentes pastorais e educadores que participaram dos mais de duzentos cursos de Leitura Crítica da Comunicação ministrados pela União Cristã Brasileira de Comunicação, entre 1979 e 1987.

14 Em 1985, o tema do Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) foi “Comunicação e Educação – Caminhos Cruzados” e abordou dimensões institucionalizadas e não formais dessa interface. Posteriormente, foi criado o Núcleo de Educação Educativa da Intercom; e atualmente, esse tema já permeia vários **papers** apresentados nos núcleos durante os congressos anuais.

Por outro lado, foi possível observar a chegada de aparelhos de informática, da Internet e de softwares educativos nas escolas. Por exemplo, nessa perspectiva, em 2005 o líder da organização não governamental **One Laptop Per Child** (OLPC), Nicholas Negroponte, autor do livro “A vida digital”, apresentou seu projeto de distribuir computadores às crianças em idade escolar de países em desenvolvimento, durante o **Fórum Econômico Mundial** de Davos na Suíça. Desde então, muitos países da América Latina aderiram ao projeto, inclusive o Brasil.

Esse campo de interface comunicacional, que inclui a construção de atividades educativas que preveem os usos das tecnologias da informação e da comunicação no ambiente educacional, tem motivado novas pesquisas. Isso principalmente porque, segundo José Luiz Braga e Regina Calazans (2001, p. 60), os processos mediáticos vêm penetrando cada vez mais os processos escolares, ou seja,

[...] os processos da escola sofrem a concorrência e a atração dos processos mediáticos. Diante dos processos mediáticos (imagem, som, espetáculo, sedução, narratividade, singularização de conceitos em torno de ocorrências visualizáveis, redução do espaço argumentativo, atualização informativa exacerbada...) – os processos habituais da escola (reflexão, argumentação, estabelecimento de relações racionais entre fatos e entre conceitos, sistematizações amplas, memória histórica, construção de acervos, processos cumulativos de longo prazo...) são penetrados por novas solicitações, encontram outras expectativas dos estudantes.

Nessa linha, vários conceitos foram sendo explorados para tentar compreender a interface entre comunicação e educação. Um dos mais relevantes é o termo educomunicação cunhado por Mario Kaplún (1998) em diálogo com a matriz freiriana, que destaca o caráter indissociável das ciências da educação e da comunicação. Nessa linha, o Prof. Dr. Ismarde Oliveira Soares, do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE-USP) aprofundou a observação dos fenômenos que promovem práticas interativas, dialógicas e participativas em contextos educativos construindo o conceito de Educomunicação como campo autônomo do conhecimento.

Então, Ismar Soares (2014, p. 138) identifica que a educomunicação se projeta nas seguintes áreas de intervenção social: 1) **Gestão da Comunicação nos Espaços Educativos**, como um conjunto de procedimentos (planejamento, execução e avaliação de planos, programas e projetos) capaz de criar ecossistemas

educomunicativos; 2) **Educação para a Comunicação (media education, media literacy, educación en medios** – educação midiática) para formação de receptores/as autônomos/as e críticos/as frente aos meios; 3) **Mediação Tecnológica nas Práticas Educativas (information literacy)**, focada nas tecnologias educacionais; 4) **Expressão Comunicativa pelas Artes**, arte-educação que valoriza a autonomia comunicativa de crianças e jovens; 5) **Produção Midiática**, como promoção de criação de produtos midiáticos na educação; 6) **Pedagogia da Comunicação**, na forma de educação a partir da comunicação; 7) e **Reflexão Epistemológica**, para fomentar a observação da inter-relação comunicação/educação a partir de pesquisa sobre os objetos da Educomunicação.

Na construção do conceito de Educomunicação, as culturas negras foram imprescindíveis para a identificação da área de intervenção intitulada Expressão Comunicativa pelas Artes quando, em 2000, a jornalista e Profa. Dra. Angela Schaun realizou um estudo de campo com o **Ilê Aiyê, Olodum, Ara Ketu e Pracatum** em Salvador/Bahia<sup>15</sup> identificando práticas educacionais. Esses movimentos negros e grupos de expressões culturais afro-brasileiras fazem usos pedagógicos estratégicos das tecnologias da informação e da comunicação para promover a cidadania de afrodescendentes e reafirmar as identidades negras brasileiras. Revelam a educomunicação como elemento fundamental na valorização das produções culturais afro-brasileiras. E o **Educom Afro** coaduna com esses movimentos e grupos.

### 3. A EDUCOMUNICAÇÃO E A PRODUÇÃO CULTURAL AFRO-BRASILEIRA EM DIÁLOGOS COM A ESCOLA

Como já foi dito, em 2006, foi criado o Grupo de Pesquisa **Educom Afro** – Educomunicação e Produção Cultural Afro-Brasileira, no âmbito da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em resposta aos novos desafios à aprendizagem na Sociedade da Informação e da Diversidade.

O objetivo maior do **Educom Afro** sempre foi integrar a teoria e a prática da inter-relação entre a educação e a comunicação com foco na diversidade e na perspectiva da educomunicação. Nessa caminhada, o grupo passou a

15 Associação Carnavalesca e Cultural Ilê Aiyê, Grupo Cultural Olodum, Grupo Cultural Ara Ketu e Pracatum – Escola de Música de Meninos de Rua.

oferecer suporte à formação acadêmica, científica, continuada e extensionista de educadores/as da Educação Básica e estudantes das Licenciaturas nas Instituições de Ensino Superior, como forma de implantação da referida Lei Federal 10.639/03.

Então, ao longo dos últimos anos, o grupo **Educom Afro** realizou várias pesquisas para ampliar os diálogos com as escolas. Com bolsas de fomento à pesquisa da PUCRS e do CNPq realizou pesquisas como: 1) “Produção Afro-Cultural para a Criança” – 2007 a 2009; 2) “Produção Cultural Afro-Brasileira: identidades infantis forjadas pela TV” – 2010; 3) “Produção Cultural Afro-Brasileira: análise dos materiais didáticos e paradidáticos dos projetos ‘A Cor da Cultura’ e ‘RS Negro’ à luz da Lei 10.639” – 2012 e 2013; 4) “Produção Cultural Afro-Brasileira para a Educação Básica” – 2013 e 2014; 5) “Produção Cultural Afro-Brasileira para as crianças: boas práticas metodológicas na abordagem da cultura afro-brasileira” – 2015. Além das pesquisas bibliográfica e documental, essas pesquisas valeram-se da combinação das técnicas de observação e de entrevistas de forma qualitativa “com vista a obtenção de um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo”, conforme pontua Santos (1988, p. 12).

Uma das investigações mais relevantes do **Educom Afro** foi justamente o levantamento da produção afro-cultural para a infância brasileira, após a implantação da Lei 10.639/03. Através da metodologia de pesquisa bibliográfica, documental e observação sistemática da Internet, foram aprofundados estudos sobre educomunicação, cidadania, cultura e questões afro-brasileiras.

A pesquisa bibliográfica foi realizada em acervos eletrônicos de periódicos científicos, banco de dados de teses e dissertações e obras completas disponíveis em bibliotecas. A pesquisa documental incluiu análises de documentos como: Lei de Diretrizes e Bases; Convenções da ONU, Relatório Mc Bride e Declaração de Durban; Plano Nacional de Igualdade Racial; Deliberações do movimento negro na Conferência de Comunicação; dados do IBGE; estatísticas fornecidas por órgãos de pesquisa sobre as TICs e sobre a igualdade racial no Brasil; materiais didáticos/midiáticos divulgados pelo Ministério de Educação voltados para a temática afro-brasileira; entre outros.



E a observação do ciberespaço revelou sites, canais e redes sociais que auxiliaram na compreensão dos processos de promoção da cidadania de afrodescendentes potencializados pela Internet. Os resultados das pesquisas do **Educom Afro** estão disponíveis no site do grupo ([www.pucrs.br/faced/educomafro](http://www.pucrs.br/faced/educomafro)) e tornaram-se importantes subsídios e fontes de estudos para educadores/as da Educação Básica das redes de ensino pública e privada e para estudantes das Licenciaturas das Instituições de Ensino Superior.

No percurso das pesquisas do **Educom Afro**, tendo acesso a materiais produzidos para a divulgação da história e da cultura afro-brasileira, foi identificado o projeto multimídia **A Cor da Cultura**, do Canal Futura, como uma política pública instituída pelo Ministério da Educação de ação afirmativa de valorização da negritude. O kit do projeto contém: 1) Cadernos de Textos **Saberes e Fazeres** em volumes intitulados “Modos de Ver”, “Modos de Sentir”, “Modos de Interagir”, “Modos de Fazer” e “Modos de Brincar”; 2) o livro **Memória das Palavras**, que é um glossário com 206 palavras de origem africana; 3) **CD Gonguê**: a herança africana que construiu a música brasileira, com 16 músicas/sons; 4) o jogo de tabuleiro **Heróis de Todo o Mundo**, sobre curiosidades de personalidades negras brasileiras; 5) e cinco séries de tevê (**Livros Animados; Heróis de Todo o Mundo; Mojubá; Nota 10; e Ação**). O kit está disponível no site do projeto ([www.acordacultura.org.br](http://www.acordacultura.org.br))<sup>16</sup>.

Fazendo-se a análise documental do projeto **A Cor da Cultura**, foi observado que se trata de um kit educacional que amplia a compreensão sobre a história e a cultura dos/as africanos/as e dos/as afrodescendentes e, mais especificamente, dos/as afro-brasileiros/as. É dirigido a crianças, jovens e educadores/as para disseminar a contribuição da população negra para o desenvolvimento do Brasil e do mundo. A proposta procura criar condições para que as redes educacionais estabelecidas no contato entre agentes públicos/as e a sociedade civil em torno do projeto sirvam de referência para a abordagem do tema no ambiente escolar.

Observando os conteúdos do projeto, nota-se que ele privilegia reflexões sobre a diversidade humana. Essa diversidade gerou injustiças projetadas em

16 Em 2004, o projeto **A Cor da Cultura** foi realizado numa parceria entre: o Centro de Informação e Documentação do Artista Negro do Rio de Janeiro (Cidan); o Governo Federal, através do Ministério de Educação (MEC) e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir); a Rede Globo, através da Fundação Roberto Marinho no âmbito do Canal Futura; e o movimento negro de vários estados brasileiros; tendo o patrocínio da Petrobras.

desigualdades étnico-raciais e sociais no mundo e no Brasil. Entre outros temas, o projeto **A Cor da Cultura** apresenta a pluralidade da África e resgata a face heroica da história dos/as africanos/as, que devem se orgulhar de seus antepassados. O projeto estabelece novos paradigmas para as relações étnico-raciais e situa o papel de professores/as e de alunos/as na construção das subjetividades positivas acerca das questões negras no cotidiano escolar. Almeja oferecer uma educação multicultural e inclusiva, como forma de instituir uma cidadania plena para todos e todas brasileiros/as.

Percebe-se ainda que o projeto **A Cor da Cultura** divulga os valores civilizatórios de matriz negro-africana como: ancestralidade, religiosidade, memória, oralidade, musicalidade, cooperação/comunitarismo, corporeidade, ludicidade, circularidade e Axé (energia vital). Para tanto, o projeto vale-se de princípios básicos para fundamentar suas reflexões, como: o reconhecimento da diferença **em prol** da equidade, rompimento com o silêncio sobre o racismo e a mobilização pela mudança cultural em relação à valorização das questões negras. Apostando na afetividade, a metodologia do projeto é orientada para o diálogo, a interdisciplinaridade e o empoderamento de educandos/as capazes de transformar as novas gerações.

Como resultado das pesquisas, inspirado no projeto **A Cor da Cultura**, o **Educom Afro** produziu e lançou o projeto “RS NEGRO: Educando para a Diversidade”, em 2010<sup>17</sup>, como forma de contribuir com a implementação da Lei Federal 10.639/2003. Trata-se de um kit educacional composto por: 1) livro **RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**; 2) vídeo-documentário **SOU**; 3) **Revista RS Negro**; 4) **Posterbook RS Negro**; 5) CD Rom de **Aulas RS Negro**; 6) e CD **Player Negro Grande**. Os produtos do projeto estão disponíveis no Portal da PUCRS e foram distribuídos gratuitamente para a rede de ensino do RS<sup>18</sup>. O RS Negro foi

.....  
17 O projeto RS Negro foi realizado numa parceria entre: a Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social do RS (SJDS), a Fundação de Educação e Cultura do Internacional (Feci); o **Educom Afro** da FACED/PUCRS; o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado do Rio Grande do Sul (Codene), a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG); e o movimento negro gaúcho; tendo o patrocínio do Grupo CEEE. Foi elaborado por quase cem profissionais das mais diversas áreas, sob a curadoria e coordenação executiva da Profa. Dra. Sátira Pereira Machado.

18 Acesse o kit completo em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/rsnegro/>

lançado em 2010 e distribuído gratuitamente para a rede de ensino do RS, quando foram realizadas capacitações para o projeto<sup>19</sup>.

O projeto RS Negro vale-seda criatividade do educador e da educadora em aproveitar o material educutivo na escola. Resumidamente, pode-se dizer que o projeto elege grandes temas procurando dar alternativas para os/as professores/as abordarem as questões de afrodescendentes, para além da escravidão.

A temática do projeto RS Negro gira em torno da diversidade do continente africano; das culturas africanas e afro-brasileiras; das religiões afro-brasileiras e irmandades negras; das comunidades quilombolas; da capoeira; dos lanceiros negros; dos Clubes Sociais Negros; de políticos/as e intelectuais negros/as; da imprensa negra; do debate sobre o negro e as mulheres negras na mídia; da língua e da literatura negra e afro-brasileira; da afroetnomatemática; da Liga da Canela Preta; do carnaval; de personalidades, esportistas, artistas e cantores/as afro-gaúchos/as; do Hip-Hop e Grafite; do Dia Nacional da Consciência Negra; dos movimentos sociais; da educação antirracista, das relações étnico-raciais; das ações afirmativas; e do resgate de ativistas da diáspora africana, ou seja, negros e mulheres negras em movimento.

Observando a proposta, percebe-se que esses temas são explorados dos mais variados pontos de vista e através de diversas linguagens, uma vez que esse material didático é apresentado na forma de livro<sup>20</sup>, de revista<sup>21</sup>, de áudio<sup>22</sup>, de

19 Na época do lançamento, o kit RS Negro foi distribuído para organismos de promoção da igualdade racial dos 26 estados brasileiros e para o Distrito Federal, bem como para as seguintes cidades gaúchas: Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Pelotas, Capão do Leão, Jaquarão, Piratini, Bagé, Aceguá, Hulha Negra, Dom Pedrito, Rosário do Sul, Santana do Livramento, Alegrete, Uruguaiana, Itaqui, São Borja, Santa Rosa, Santo Ângelo, Giruá, Santiago, Cacequi, Caçapava do Sul, Santa Maria, Cachoeira do Sul, Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Charqueadas, Montenegro, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, Nova Petrópolis, Farroupilha, Torres, Capão da Canoa, Osório, Imbé, Tramandaí, Pinhal, Quintão, Palmares do Sul, Tavares, Mostardas, Viamão, Gravataí, Cachoerinha, Esteio, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Canoas, Butiá, Camaquã, Tapes, Igrejinha, Rolante, Parobé, Campo Bom, Dois Irmãos, entre outros. Em 2016, a Secretaria de Educação do RS lançou o Curso EAD "RS Negro" em sua plataforma de Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle).

20 SILVA, Gilberto Ferreira; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (Orgs.). **RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

21 Revista produzida por Denise Cogo, Cristóvão de Almeida e Lourdes Silva, com diagramação de Hector Rodrigues.

22 CD "Negro Grande", produzido, por Claudinho Pereira e Preta Pereira. Os cantores e as cantoras que cederam, gratuitamente, suas obras para o projeto foram: **Coral Do Cecune** com "Sire para Oxum"; **Giba**

slides<sup>23</sup>, de audiovisual<sup>24</sup> e de fotografias artísticas que compõem o pôster book.<sup>247</sup> Os produtos do kit RS Negro valem-se da interdisciplinaridade para explorar os grandes temas. O livro apresenta pesquisas acadêmicas sobre a historiografia gaúcha, as religiosidades, as comunidades quilombolas, os movimentos negros, as práticas educativas de combate ao racismo e as ações afirmativas nas universidades de Porto Alegre. As aulas (slides) sugerem atividades escolares. A revista possibilita a reprodução de suas páginas (cópias) para distribuição em sala de aula, como forma de estimular debates. O CD de músicas incentiva a forma lúdica de abordar as questões negras. O pôster book valoriza a estética negra ao utilizar várias técnicas de artes plásticas para ilustrar a temática a ser apresentada na escola.

Mesmo com esses e outros projetos<sup>25</sup>, de fácil acesso, professores/as da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio e do ensino superior de todo o Brasil ainda relatam dificuldades em incluir a “História e Cultura Afro-brasileira” em suas práticas pedagógicas.

Em síntese, o diálogo com as professoras e os professores da rede de ensino de Porto Alegre e região metropolitana aponta para o desconforto em abordar as questões referentes a cidadania de afro-brasileiros/as na escola, enquanto as abordagens do ponto de vista cultural das populações negras são mais aceitas. A grande maioria das atividades pedagógicas orientadas pelo direito à diferença ainda dependem de professores/as e gestores/as comprometidos e sensíveis ao tema. Os estudos das relações étnico-raciais permeiam o cotidiano de algumas escolas, mais ainda urge que as ações pedagógicas sejam coerentes com as

.....  
Giba com “Feitoria”; **Kako Xavier** com “Tira o pé do Chão”; **Jorge Foques** com “Ariya”; **Loma e Cantadores do Litoral** com “Ventre Livre”; **Luciah Helena** com “Repente”; **Gelson Oliveira** com “A Luz do Amanhecer”; **Zilah Machado** com “Ta chegando Gente”; **Papas da Língua** com “O Maior Sequestro da História”; **Marietti Fialho** com “Na Moral do Blues”; **Rafuagi** com “Esse é Meu Lugar”; **W Negro** “Nossa Luta”; **Luis Vagner** “Negros do Sul”; **Produto Nacional** com “Negro Gato”; **Letycia** com “Babalanceia”; Sandro Ferraz interpretando o “Samba-Enredo da Consciência Negra”; e **Ruth de Souza** declamando o poema de Oliveira Silveira “Encontrei Minhas Origens”.

23 Elaboração das aulas do professor Arilson dos Santos. Nesse CD de Aulas, ainda é possível acessar o poema sobre o Maçambique de Osório, interpretado pela declamadora negra gaúcha Liliana Cardoso.

24 Produção de Bureau de Cinema e Artes Visuais e direção de Andréa Vigo.<sup>247</sup> Ilustrações de Silvia do Canto e design de Jorge Meura.

25 Visitar site: <http://etnicoracial.mec.gov.br/>

Políticas de Estado implantadas pelo Ministério da Educação, no que tange a diversidade e a educomunicação.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola deve ser crítica e ativa para contemplar a pluralidade, visando ao combate das discriminações. É nessa dimensão que professores e professoras devem conhecer a conjuntura brasileira para poder melhor planejar suas aulas. Nesse horizonte, a escola deve se apresentar como um lugar de diálogo, de troca de valores, de costumes e de expressão de manifestações culturais diversas de forma a contribuir com a formação cidadã de seus alunos e de suas alunas.

A **Internet** vem alterando o cotidiano educacional, ampliando o fazer pedagógico para além dos muros da escola e potencializando as formas de explorar o mundo. Nesse contexto, o acesso à Web<sup>26</sup>, aos computadores e aos editores de texto, de som e de imagens podem auxiliar nesses patamares de criticidade, pluralidade e interculturalidade. Então, esses fenômenos estão contribuindo com produções de conhecimentos mais plurais, mais democráticos e com mais cidadania.

Com a promulgação da Lei Federal 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da “História e a Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede nacional, suas diretrizes passaram a promover o igual direito ao acesso às histórias e culturas que compõem a nação brasileira propondo a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos e cidadãs orgulhosos/as de seu pertencimento étnico-racial, sejam eles/elas descendentes das populações indígenas, de africanos/as, de povos ciganos, de europeus e europeias, de asiáticos/as, entre outros. Essa nova postura estatal passou a contribuir com a construção de uma nação mais democrática em que todos e todas, igualmente, tenham seus direitos garantidos e suas identidades valorizadas.

E como no século XXI educar para a diversidade é uma questão para todos, ou ao menos para aqueles e aquelas preocupados em construir um mundo melhor, o **Educom Afro** foi convidado a organizar o **III Educom Sul**. Então, em parceria com

26 Web refere-se a **World Wide Web** (WWW). Para saber mais sobre o Consórcio Web (W3C), acesse <http://www.w3c.br/sobre/>.

a diretoria da ABPEducom e com o Grupo de Pesquisa “Comunicação, Educação e Cidadania” do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), acabou organizando também o **VI Encontro Brasileiro de Educomunicação** com o tema **Diversidade e Educomunicação: tecendo saberes e integrando práticas**. Em junho de 2015, o encontro aconteceu em Porto Alegre na PUCRS e reuniu mais de 600 participantes, oriundos de 7 países, 22 estados brasileiros e 50 municípios gaúchos. O evento entrou para o mapa da ONU como uma relevante ação de promoção da **Alfabetização Midiática Informacional (Media and Information Literacy)** da Unesco, tão importante para o desenvolvimento integral das nações.

## 5. REFERÊNCIAS

APARICI, Roberto (org.). **Educomunicação: mais além dos 2.0**. (Coleção Educomunicação - Volume 5). São Paulo: Paulinas Editora, 2014.

BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Regina Zamith. **Comunicação e educação: questões delicadas na interface**. São Paulo: Hacker, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília: Secad, 2006.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n.1, p. 209-214, 2002.

CITELLI, Adilson Odair; COSTA, Maria Cristina (org.), **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. (Coleção Educomunicação - Volume 2). São Paulo, Paulinas, 2011.

CITELLI, Adilson Odair (org.), **Educomunicação: imagens do professor na mídia**. (Coleção Educomunicação - Volume 3). São Paulo, Paulinas, 2012.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao fracasso escolar: preconceito e racismo, discriminação na educação infantil.** São Paulo: Contexto, 2003.

COGO, Denise. Da leitura crítica dos meios à educomunicação: convergências possíveis entre comunicação e educação. In: JACKS, Nilda et al. **Tendências na comunicação: 4.** Porto Alegre: L&PM, 2001.

COGO, Denise; MACHADO, Sátira P. Redes de Negritude: usos das tecnologias e cidadania comunicativa de afro-brasileiros. In: MORIGI, Valdir José; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; ALMEIDA, Cristovão Domingos de (Org.). **Comunicação, informação e cidadania: refletindo práticas e contextos.** Porto Alegre: Sulina, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Educação e mudança.** São Paulo: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

\_\_\_\_\_. **Comunicação ou extensão.** São Paulo: Paz e Terra, 1970.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, SECAD, 2005.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 4ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

KAPLUN, Mario. **Una pedagogía de la comunicación**. Madrid, España: Ediciones de la Torre, 1998. Disponível em: <https://groups.google.com/forum/#!topic/teoriasUFC2010/YF0GymxD1DI>.

LEI FEDERAL 10.639/03. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm).

LEI FEDERAL 11.645/08. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm).

MACHADO, Sátira Pereira. **Comunicação, educação e negritude**: interações de professores(as) com as mídias e a cidadania de afro-brasileiros(as) em contextos escolares de Porto Alegre. 2013. 294 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2013.

NEGROPONTE, Nicholas. **A vida digital**. Tradução: Sérgio Tellaroli. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. **Educomunicação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania**. (Coleção Educomunicação - Volume 4). São Paulo: Paulinas Editora, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v2n2/v2n2a07.pdf>. Acesso em 14/10/2013.

SCHAUN, Angela. Educomunicação: algumas questões sobre cidadania, racismo e mídia ou a inclusão da diferença: negro de corpo e alma. In: XXIV INTERCOM, Campo Grande, 2001a. **Anais...** Campo Grande, 2001a.



\_\_\_\_\_. Educomunicação: O Ilê Aiyê e a visibilidade do negro na mídia. In: XXIV INTERCOM, Campo Grande, 2001b. **Anais...** Campo Grande, 2001b.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação – contribuições para a reforma do Ensino Médio.** (Coleção Educomunicação - Volume 1). São Paulo: Paulinas, 2011.

SOARES, Ismar de Oliveira. Construção de roteiros de pesquisa a partir dos livros da coleção Educomunicação (Editora Paulinas). **Comunicação & Educação**, Brasil, v. 19, n. 2, p. 135-142, set. 2014. ISSN 2316-9125. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/81225>>. Acesso em: 20 Jun. 2015.

SOARES, Ismar; VIANA, Claudemir. Educomunicação: As múltiplas tradições de um campo emergente de intervenção social, na Europa, Estados Unidos e América. Disponível em: <http://www.abpeducom.org.br/2013/10/artigos-do-professor-ismar-de-oliveira.html>.

SOARES, Ismar; VIANA, Claudemir. Educomunicação: um campo de mediações. In: **Comunicação & Educação**. São Paulo, ECA/USP-Editora Segmento, Ano VII, set./dez. 2000, no. 19, pp. 12-24. Disponível em: <http://www.abpeducom.org.br/2013/10/artigos-do-professor-ismar-de-oliveira.html>.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social de mídia.** Rio de Janeiro: Petrópolis, 1998.

## •● AS AUTORAS ●•

**Leunice Martins de Oliveira** é Professora Adjunta do Curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Líder do grupo de pesquisa Educom Afro.Coordenadora do Núcleo de Estudos em Cultura Afro-Brasileira e Indígena – NEABIda PUCRS.Coordenadora e Professora do Curso de Especialização em Gestão da Educação da FACED/PUCRS.

**Sátira Pereira Machado** é jornalista, idealizadora e ministrante da disciplina de Educomunicação no Curso de Especialização em Gestão da Educação da FACED/PUCRS (2008-2015). Professora Adjunta do Curso de Produção e Política Cultural da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) – Campus Jaguarão/RS. Líder do Grupo de Pesquisa CriaNegra/CNPq, membro do NEABI Unipampa. Mestre em Letras, Doutora em Comunicação e Pós-doutoranda no POSCOM da UFSM. Associada da Intercom, da ABPN e da ABPEducom.

**Cristiane Silveira Guedes** é graduanda no curso de História na PUCRS, pesquisadora PIBIC/CNPq do Núcleo de Estudos em Cultura Afro-brasileira e Indígenas (NEABI). Instrutora de aprendizagem na Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE) em Porto Alegre/RS.